

4 DE FEVEREIRO DE 1961

**INÍCIO
DA
LUTA
ARMADA
EM
ANGOLA**



LUCIO LARA

PREFÁCIO

Quando em Angola, as forças reaccionárias internas, lacaios do imperialismo internacional se abatem com fúria sanguinária sobre o Povo, procurando retirar-lhe a capacidade de organização pela instauração de um clima de terror, procurando por este meio isolar, ou melhor abater o M. P. L. A. — Movimento Popular de Libertação de Angola — queremos levar ao conhecimento do leitor o que foi a luta de libertação do Povo Angolano do qual o M. P. L. A. — vanguarda revolucionária, foi o seu guia.

Cremos que através da leitura destes textos o leitor poderá avaliar o que significa o binómio POVO-M. P. L. A., e assim ver que o Movimento está consciente das suas responsabilidades históricas no processo de libertação do Povo Angolano contra a opressão colonial, capitalista e neo-colonialista, consciente do forte e entusiástico apoio popular que disfruta e da sua forte implantação política e militar em grande parte do território Angolano.

A luta do Povo Angolano pela independência total e completa é imparável; contra o imperialismo e os seus lacaios, contra as manobras neo-coloniais, contra os inimigos do Povo Angolano, a luta continua.

A VITÓRIA É CERTA

COMITÉ DE ACÇÃO DO M. P. L. A. NO PORTO

HINO DO M. P. L. A. «COM O POVO HERÓICO E GENEROSO»

*Com o povo heróico e generoso
no combate pela Independência
nossa Voz por Angola ecoa
e faz recuar a tirania.*

*Decididos, unidos marchamos
alto o facho, levado aceso
M. P. L. A., VITÓRIA E CERTA
pelo povo todos ao ataque.*

*Na manhã do quatro de Fevereiro
os heróis quebraram as algemas
para vencer o colonialismo
e criar uma Angola renovada.*

*Sob a bandeira do M. P. L. A.
nossa luta contra a opressão
PARA O POVO triunfará
nós fazemos a REVOLUÇÃO.*

*Do teu solo ora regenerado
pelo sangue mártir dos teus filhos
brotará, oh Pátria querida
novo mundo, uma nova vida.*

*Sob a bandeira do M. P. L. A.
nossa luta contra a opressão
COM AS ARMAS triunfará
nós fazemos a REVOLUÇÃO.*

REVOLUÇÃO EM ANGOLA

-Felizmente para aqueles que lutam pela justiça e contra a tirania, para aqueles que aspiram à liberdade, a acção armada não é só sacrifício. Não é exactamente um abismo para vidas. Não mancha unicamente os campos de batalha com o sangue dos mais puros filhos e filhas do nosso povo. É também uma escola. É também a forma pela qual o povo continuará a luta no futuro, depois de realizada a independência política, de maneira a ser completamente livre politicamente, economicamente e socialmente.-

Dr. Agostinho Neto

Presidente do M. P. L. A.

(In «Revolution in Angola»)

A 4 de Fevereiro o povo angolano celebra o 14.º aniversário do início da luta armada de libertação nacional.

«Sob a direcção do M. P. L. A., o nosso povo percorreu um caminho bastante longo semeado de sacrifícios e derrotas, bem como de vitórias. Tal foi realizado de um modo heróico, com a determinação que resulta unicamente de um profundo crer na legitimidade das suas aspirações, combinadas com uma inquebrantável resolução de lutar até ao fim lutar até conseguir a vitória. Foi um caminho difícil devido a obstáculos naturais e artificiais levantados pelo inimigo e resultado da nossa própria negligência — obstáculos que foram suplantados pela coragem e espírito de sacrifício. Tais sacrifícios têm a sua compensação dialéctica, a mais forte das quais é, sem dúvida, a de ver como a crítica demolidora das armas, está hoje despedaçando os mitos de séculos de propaganda, dilacerando a máscara de mentiras e falsificações históricas, levando ao colapso um vasto edificio baseado no mais bárbaro e retrógrado sistema de exploração a que jamais algum povo no mundo esteve sujeito.

A acção heróica do nosso povo — durante séculos sujeito à história, mas agora o seu digno e responsável agente — é que dá à nossa luta as características de um processo revolucionário tanto dinâmico como irremovível. Não há força que a possa paralisar, independentemente de circunstâncias futuras, formas ou alianças, porque a nossa luta leva a marca indelével dos factos históricos que transformam o homem, dando-lhe dimensões sobre-humanas e que caracteriza épocas históricas, girando a roda da Humanidade para um futuro mais radiante.»

(In «Revolution in Angola»)

CRONOLOGIA DA RESISTÊNCIA DO POVO ANGOLANO

A luta de libertação nacional em Angola tem a sua origem numa larga tradição de resistência contra a penetração estrangeira. Durante quatro séculos, houve levantamentos contra a ocupação portuguesa e conquistas militares em muitas partes do país. As tradições do povo ainda relatam o histórico exemplo dos heróis e chefes guerreiros tais como MBULA MATADI, NGOLA MATADI, NGOLA KILUANGE, MUINDA MBANDI, HAMAVOKO, MUTU YA KEVELA, MUACHISENGE, KÁBALATA, MUE MBANDO e MADUME.

Desde os fins do século passado, até à segunda década do século XX, um grupo de intelectuais — dentre os quais Silvério Ferreira, Paixão Franco, Cordeiro da Mata e Assis Júnior — pela primeira vez utilizaram a escrita para contestar o colonialismo e foram eles que traçaram a linha do tipo moderno do movimento nacionalista.

Foi nesse mesmo espírito que a LIGA NACIONAL AFRICANA foi fundada em 1929. A sua vanguarda reconheceu a necessidade de abandonar as vias legais de luta contra o sistema colonialista.

Mas, foi apenas depois da Segunda Guerra Mundial, e especialmente após 1953, com a formação do primeiro partido político clandestino que a vida política em Angola experimentou um salto qualitativo. E a fundação do Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA). Em 1954, foi fundada a União das Populações do Norte de Angola, que em 1958 passará a chamar-se União das Populações de Angola (UPA), sob a presidência de Holden Roberto, com o apoio do grupo étnico Kikongo (Norte de Angola). Em 1956 — Dezembro —, no seio do P. L. U. A. funda-se o Movimento Popular de Libertação de Angola, o actual M. P. L. A. Em 1958, forma-se uma outra organização, o Movimento para a Independência Nacional de Angola (M. I. N. A.) que também juntou as suas forças ao M. P. L. A. Desde o início, o M. P. L. A. tornou-se uma activa organização clandestina de massas no campo e nas cidades.

Mas em 1957, a Pide, a policia política fascista foi reforçada em Angola. Em 29 de Março de 1959, em rusgas de grande envergadura levadas a cabo pela Pide, foram presos em massa os líderes e membros do M. P. L. A. e muitos suspeitos acusados de atentado à segurança de Estado e integridade da Nação. No estrangeiro o M. P. L. A. iniciou uma intensa actividade de denúncia das atrocidades dos portugueses em Angola. Em 26 de Abril do mesmo ano, foi estabelecida uma poderosa força aérea, dotada de napalm.

Para comemorar este acontecimento, o Governador-Geral fez um discurso ameaçador: «o país não está defendido se não possuir uma estrutura militar...». Ao mesmo tempo foi forçado a reconhecer, pela

primeira vez, que Angola já não vivia «em paz e harmonia» quando disse: «panfletos apareceram em Angola, como havíamos previsto». Em Julho de 1959, houve uma nova vaga de prisões, afectando especialmente um número de dirigentes do M. P. L. A. entre os quais Ilídio Machado.

Em 3 de Novembro, o general português Gomes de Araújo declara: «o poder colonial nascido da força armada não pode desaparecer senão pela morte deste».

1960 — ABRIL — Uma delegação do M. P. L. A. participa à «II Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos», em Conakry, durante a qual foi discutida e, pela primeira vez, foi tomada uma resolução sobre Angola.

MAIO — O M. P. L. A. lança um primeiro apelo a todas as organizações angolanas para a criação de uma Frente de Libertação de Angola.

13 DE JUNHO — O M. P. L. A. envia ao Governo português uma declaração para uma solução pacífica do problema colonial de Angola. Salazar recusa-se a responder; as tropas portuguesas estacionadas em Angola são reforçadas massivamente e procedem a inúmeras prisões em Luanda, Lobito, Malange e Dalalando. Agostinho Neto, presidente honorário do M. P. L. A., é deportado para Portugal, e mais tarde para a ilha de Cabo Verde e, finalmente, para a cadeia do Aljube, em Lisboa. Consegue evadir-se de Portugal no Verão de 1962.

A população da sua aldeia natal pede a sua libertação no decorrer de uma manifestação pacífica. Os portugueses respondem com um massacre.

JULHO — As tropas portuguesas cometem actos de terrorismo nos bairros populares de Luanda.

NOVEMBRO — Vinte e oito nacionalistas de Cabinda são fuzilados na cadeia.

6 DE DEZEMBRO — O M. P. L. A., unido a outras organizações nacionalistas das colónias portuguesas, dá uma conferência de Imprensa em Londres, onde comunica o início da acção armada.

1961 — JANEIRO — As populações do Vale de Cassange entram em greve para obter um aumento do preço do algodão (que pertence à companhia belga COTONANG); os colonialistas reprimem a greve por meio de um bombardeamento aéreo com napalm, que destrói mais de 17 aldeias e causa mortes e ferimentos a mais de 10 000 africanos.

4 DE FEVEREIRO — Um grupo de nacionalistas dirigido pelo M. P. L. A. ataca a Rádio de Luanda, a cadeia e alguns postos de Polícia.

A acção falha e a repressão das tropas portuguesas é brutal; num só dia — 5 de Fevereiro — matam 3 000 civis africanos. É o início da verdadeira insurreição popular.

9 DE JUNHO — O Conselho de Segurança da O. N. U., convida as autoridades portuguesas «a suspender imediatamente as medidas de repressão em Angola».

1962 — A guerra de libertação continua. As populações em luta estão divididas entre o M. P. L. A. e a U. P. A. Esta última tem sobretudo o apoio do grupo étnico Kikongo, de quem faz parte Holden Roberto, presidente da U. P. A. As sedes do M. P. L. A. e da U. P. A. são em Leopoldville (Kinshasa), mas só a U. P. A. tem liberdade de acção no Congo Leopoldville. Trinta mil soldados portugueses constituem o efectivo das três forças armadas em Angola, com uma despesa militar de 2 450 milhões de escudos (86 milhões de dólares), ou seja, 10% do orçamento nacional de Portugal.

1963 — A República Democrática do Congo e a O. U. A. (Organização de Unidade Africana) reconhecem o Governo Provisório de Angola no Exílio (G. R. A. E.) constituído pela U. P. A. em 1962. Mas a U. P. A. perde quase completamente o controlo das zonas do Norte de Luanda, anteriormente ocupadas, e instala-se perto da fronteira do Congo Leopoldville. O M. P. L. A. é expulso de Leopoldville e instala a sua sede no Congo Brazaville. Abre a frente de Cabinda, a segunda região político-militar, onde realiza importantes sucessos militares. Na frente do Norte (primeira região), só as regiões dos Dembos e Nambuanguo, sob a direcção do M. P. L. A., resistem à repressão colonialista portuguesa.

1964 — Contra-ofensiva portuguesa que obriga a maior parte da população do distrito do Zaire e do Uige, do grupo étnico Kikongo, a refugiar-se na República Democrática do Congo. Nítida repressão da actividade da U. P. A. (G. R. A. E.), que continua a sua acção de freio da luta de libertação: assassina e aprisiona os militantes do M. P. L. A., na fronteira do Congo.

1965 — Numerosas tentativas da parte de organizações internacionais africanas para reunificar a U. P. A. e o M. P. L. A., que denuncia a política tribalista de Holden Roberto e a infiltração de elementos dos serviços secretos americanos no meio dos militantes da U. P. A. O núcleo de soldados portugueses em Angola passa à 45 000 homens e a despesa militar a 3 601,4 milhões de escudos (126,4 milhões de dólares).

1966 — **MAIO** — Abertura da frente de Leste (fronteira com a Zâmbia), terceira região político-militar do M. P. L. A. Setenta mil soldados portugueses compõem o efectivo das três forças armadas em

Angola; 6 400 milhões de escudos (224,6 milhões de dólares), são o custo das despesas militares. Aumento da actividade militar na frente de Cabinda e na primeira região.

1967 — Reforço da ajuda militar, política e económica da N. A. T. O. a Portugal. Homens e material são enviados da África do Sul. Avanço da luta de libertação até ao centro do país e abertura da frente Nordeste (quarta região). Estagnação total das actividades da U.P.A. (G.R.A.E.).

1968 — Reconhecimento, do M. P. L. A. em Adis-Abeba, por parte de todos os Estados independentes africanos e retirada do reconhecimento ao G. R. A. E. Oitenta mil soldados portugueses estacionam na colónia de Angola. Cerca de 20 % do orçamento nacional é destinado às despesas militares. Alargamento das frentes e instalação dos guerrilheiros nas zonas libertadas.

De 22 a 25 DE AGOSTO — Tem lugar a primeira conferência regional realizada no interior das zonas libertadas. O M. P. L. A. constitui, nas regiões controladas, os organismos embrionários do poder popular: milícia, centros de produção e comércio, registo civil, eleição dos próprios representantes, além do Centro de Instrução Revolucionária com cursos de alfabetização e educação política a toda a população.

SETEMBRO — Conferência da O. U. A. (Organização da Unidade Africana) em Argel; reafirmação do reconhecimento junto dela com o M. P. L. A., assim como da F. R. E. L. I. M. O. e do P. A. I. G. C., como únicos representantes dos três países em luta.

1969 — JANEIRO — Conferência Internacional de Solidariedade com os povos das Colónias Portuguesas e da Africa Austral, em Cartum.

MAIO — As zonas parciais controladas pelo M. P. L. A. estendem-se a dez distritos divididos em cinco regiões político-militares com uma população total de cerca de 2 milhões e meio de habitantes (isto é, metade da população inteira de Angola).

PROGRAMA POLÍTICO DO M. P. L. A.

O M. P. L. A. é a única organização política que representa o povo angolano como um todo e que sustenta uma luta armada contra o colonialismo português e pela independência nacional.

O M. P. L. A. está lutando pela realização das mais profundas aspirações do povo angolano, particularmente dos sectores mais explorados do povo, camponeses e operários. Além disso, a sua força deriva do apoio que recebe das massas populares.

A luta contra a intolerância racial e religiosa e contra o tribalismo e regionalismo é um aspecto essencial do seu programa de acção. Na Angola independente haverá lugar para todos os grupos étnicos e todas as crenças religiosas. Somente a unidade nacional do povo angolano constituirá confiadamente a garantia da preservação da independência de Angola contra os ataques das forças políticas e económicas que procuram dividi-la.

O M. P. L. A. está combatendo todos os agentes usados pelos colonialistas para combater o povo angolano, e pretende restaurar a cultura e tradições de Angola, logo que galvanize a resistência unida contra a ocupação estrangeira.

A luta sustentada pelo M. P. L. A., é também uma luta anti-imperialista. O povo angolano não pode dissociar os seus inimigos directos — o regime colonial português — dos seus aliados que, ou dentro da N. A. T. O. ou mais directamente, estão ajudando a manter a sua opressão odiosa e retrógrada.

O M. P. L. A. faz uma clara distinção entre a luta mantida contra o colonialismo português e o povo português. Por conseguinte, tem sempre encorajado a oposição portuguesa na sua luta pela queda do regime fascista, agora conduzido por Caetano, na medida em que a oposição tem dado demonstrações práticas do seu apoio à justa luta do povo angolano pelo direito à autodeterminação e independência.

O M. P. L. A. é uma organização independente. Não há razão para comprometer a sua política com um ou outro sistema. Enquanto disfrutar da assistência de muitos países e organizações progressistas e anti-colonialistas, por todo o Mundo, não há impedimento para prosseguir com as suas aspirações essenciais. A O. U. A., Zâmbia, Congo Brazaville, Tanzânia e Argélia dão um apoio consistente, assim como os países socialistas.

O M. P. L. A. segue uma política de cooperação directa na acção contra o inimigo comum, com os movimentos nacionalistas nas Colónias Portuguesas — F. R. E. L. I. M. O. em Moçambique e o P. A. I. G. C. na Guiné-Bissau —, com a conferência das organizações nacionalistas das Colónias Portuguesas — C. O. N. C. P.

Devido à sua posição geográfica estratégica, o M. P. L. A. está directamente interessado na luta geral desenvolvida pelos países na Africa do Sul pela sua independência, contra o «apartheid» e a discriminação racial.

Está por isso em inteira solidariedade com a luta desenvolvida na Africa do Sul (Azania), Zimbabwe e Namíbia.

(In «Revolution in Angola»)

A PROPÓSITO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL

DR. AGOSTINHO NETO

- A reconstrução nacional é um dos factores fundamentais da nossa Revolução. Saímos da noite do colonialismo para penetrar na claridade da Revolução. Abandonámos as formas tradicionais de organização social, com o objectivo de construir uma sociedade moderna e de pôr termo à exploração do homem pelo homem.
- No nosso ponto de vista, construir um país não quer dizer simplesmente fazer casas ou abrir estradas, mas essencialmente transformar a mentalidade do ser humano, a fim de que ele se considere como um homem digno, útil à sociedade.
- É principalmente sobre este aspecto que concentramos mais a nossa atenção. Para isso estabelecemos Centros de Instrução Revolucionária e incentivamos os nossos militantes e comissários políticos a trabalhar tanto no seio das populações como com os guerrilheiros. E isto com o objectivo preciso de transformar a maneira de apreender os problemas e a forma de se comportar na vida; e de oferecer novas perspectivas ao nosso Povo.
- Existiam, por exemplo, estruturas de organização tradicional, com chefes que eram ditadores poderosos. Essas estruturas foram, até um certo ponto, quebradas pelo colonialismo, mas alguns chefes foram mantidos, para recolher os impostos e recrutar à força os camponeses para o trabalho forçado. Esses chefes eram chamados «sobas» e «sobetes».
- Nas regiões libertadas continuamos a ter formas de organização tradicional. Há também diferenças entre os grupos étnicos que, apesar de já não lutarem uns contra os outros conservam, contudo, uma certa rivalidade e certas diferenças na vida social.
- Devemos desenvolver um esforço considerável para fazer compreender a todos que pertencemos a uma entidade política, que não deveria deixar-se dividir em grupos tribais opostos.
- Por outro lado, a nossa sociedade é muito subdesenvolvida, é uma sociedade na qual a indústria quase não existe, uma sociedade que vive literalmente o dia a dia, sem ver o progresso que se realiza no resto do Mundo.
- Por causa do colonialismo estamos muito isolados do Mundo. São os colonialistas que nos mantiveram neste isolamento.
- Para sair do subdesenvolvimento, é absolutamente necessário elevar o nível de educação do Povo. O nível da sua consciência política e

desenvolver o conceito de Nação, nas nossas populações. É necessário que se desenvolva em cada militante e em cada angolano, uma nova mentalidade.

• A educação é um problema fundamental. Mais de 90 % da nossa população é iletrada. Estes iletrados eram mantidos voluntariamente neste estado pelos colonialistas. Não foi senão a partir de 1961 que os colonialistas começaram precipitadamente a construir escolas, para mostrar ao Mundo que desenvolvem o nosso País. Não foi senão recentemente que eles construíram escolas superiores, algumas escolas secundárias e técnicas, mas a grande maioria do nosso Povo não tem acesso a essas escolas. É pois a nós, o M. P. L. A., que cabe a tarefa de promover a instrução do Povo. Criámos um ensino secundário; gradualmente desenvolvemos a formação técnica e profissional dos nossos jovens. Este é um dos aspectos da reconstrução nacional ao qual prestamos uma grande atenção.

• É a reconstrução nacional que torna os angolanos conscientes da necessidade de defender tudo o que conquistámos à custa do nosso sangue: a independência.

• Depois da independência, haverá, bem entendido, muito mais esforços a fornecer, para fazer do nosso país um Estado moderno. Devemos manter um alto grau de mobilização revolucionária de todo o Povo, para a realização das importantes tarefas do desenvolvimento do país. Não devemos imaginar que com a independência tudo virá ter connosco, sem esforços. «A nossa revolução está na etapa da luta pela independência nacional. Nós lutaremos pela nossa liberdade e pela nossa dignidade. Nós lutamos para sermos homens, respeitados como cidadãos de qualquer país soberano. A nossa revolução não é uma cópia a papel químico de qualquer revolução. Nós respeitamos os princípios revolucionários daqueles que têm mais experiência do que nós, daqueles que já venceram esta etapa, daqueles que já se encontram num estágio mais avançado da luta revolucionária. No entanto nós temos em consideração as condições próprias do nosso país e temos em consideração as características históricas e sociais do nosso Povo. No entanto esta luta que nós desenvolvemos situa-se dentro da luta geral dos povos pela sua libertação completa para extinguir a exploração do homem pelo homem, para acabar com as diferenças raciais ou outras diferenças que existem; nós lutamos também como lutam outros povos do mundo pela conquista da felicidade e do bem-estar do homem, e por isso mesmo nós não desprezamos os outros países, pelo contrário, nós procuramos cada vez mais ligar-nos a todos os povos do mundo sem discriminação, dando uma especial

atenção aos países e às organizações amigas». (Declaração de Agostinho Neto aos jornalistas após a conferência regional realizada no interior de Angola, em 25 de Agosto de 1968).

- Será necessário trabalhar e trabalhar duramente. Esforços cada vez maiores serão necessários para preservar as conquistas da nossa luta actual e para avançar cada vez mais.
- Concretamente, é evidente que a reconstrução nacional quer dizer estabelecer indústrias, aumentar a superfície de terras cultivadas, encaminhar os trabalhadores para novas tarefas.
- A reconstrução nacional significa igualmente organizar a administração das populações, criar um organismo político bem organizado e bem implantado, para dirigir toda a luta.
- Essa luta reveste várias formas e sobretudo levanta numerosos problemas, exigindo uma atenção quotidiana.
- Mas, repito, o essencial para nós é a reconstrução do próprio homem, factor fundamental da nossa Revolução.

ENTREVISTA COM UM MILITANTE DO M. P. L. A.

-ERA SEMPRE DIFÍCIL OBTER O SUFICIENTE PARA COMER-

Samusumina, camponês e Comissário Político

Eu cresci nos arredores de Lumbale, e como os meus pais, era um camponês. O meu irmão, que frequentou a escola na Zâmbia, ensinou-me a ler e a escrever. Tenho quatro irmãos e uma irmã, todos eles mais velhos do que eu. Quando a guerra começou aqui em 1966, três dos meus irmãos voaram para a Zâmbia. Os outros dois ficaram na aldeia para cuidar da minha mãe.

A vida debaixo dos «tugas» (colonialistas portugueses) era áspera. Éramos nós, Africanos, que éramos forçados a construir a linha férrea, nós que fazíamos trabalho forçado, nós que tínhamos de fazer todo o trabalho. De tempos a tempos éramos intimados pelo «Chefe de Posto» português a pagar impostos. Também faziam então controlo de todas as crianças, porque a certa idade éramos obrigados a pagar impostos.

Como era possível arranjar dinheiro suficiente para pagar esses impostos? Fazíamos cordame (de sisal), caçávamos e pescávamos, e vendíamos mercadorias baratas a compradores portugueses para termos dinheiro suficiente para os impostos no fim do ano. Para economizarmos, também vendíamos milho e batatas. Tudo isso era para conseguir o

suficiente para impostos. Era sempre difícil obter o suficiente para comer porque a ameaça dos impostos pairava sempre sobre nós. Sabíamos que agora num prazo de dois meses, teríamos que pagar mas não sabíamos como reunir o dinheiro. As vezes membros da minha família pensavam comprar roupas com o dinheiro que tinham conseguido com o nosso produto. Mas muito raramente o podíamos fazer. Em vez disso, o dinheiro ia para o «Chefe de Posto». E tínhamos que ter licenças para podermos possuir máquinas de costura, etc. Tínhamos que pagar muito dinheiro aos portugueses para obter essas licenças.

O meu primeiro contacto com o M. P. L. A. foi em 1966. Encontrei o camarada Kanjangula, que era um comandante na zona A nesse tempo, e um outro camarada chamado «Tudu-é-nosso» na aldeia onde eu vivia. Perguntaram-me se eu não sabia que o regime «tuga» era mau, e se eu não tinha sido maltratado, se tinha sofrido. Claro que sim, era essa a realidade. Eram os impostos, o trabalho forçado e muitas outras coisas. Portanto eu queria mesmo lutar pela liberdade ao lado dos camaradas, e foi essa a razão pela qual os segui até Mandume e me tornei um membro do M. P. L. A..

A minha tarefa agora é principalmente lutar. Mas é também mobilizar o povo. Temos que explicar o que é o M. P. L. A., quem é o Povo Angolano, etc. Parte da mobilização é feita nas «udandandas» (alvos estratégicos). Aí, tentaram os portugueses inculcar a sua propaganda no Povo. Dizem que o M. P. L. A. são «bandidos e comunistas que roubam o povo». Desta forma querem impedir o povo de trabalhar connosco. A primeira coisa que temos que conseguir é fazer o povo compreender que a propaganda «tuga» é falsa; dizemos-lhe que o M. P. L. A. não quer de maneira nenhuma roubar o Povo, mas que estamos a lutar para que Angola se torne independente, e que nunca mataremos o Povo — apenas os nossos inimigos, aqueles que estão contra a independência e o bem do nosso Povo. Explicamos-lhe que é por isso que vivemos nas florestas, e insistimos com eles para que se juntem a nós; e que talvez eles então compreendam que é por causa de os «tugas» serem inimigos do Povo que eles mentem acerca da nossa vida nas florestas e querem evitar que o Povo se junte a nós. Concluo dizendo que: «Devem dizer a verdade às vossas famílias e ao povo da «udandanda». Devem dizer que a nossa vida nas florestas é bem organizada e disciplinada.

Faço sempre parte de um grupo. Uma das minhas tarefas é manter a disciplina. Explico aos camaradas por que razão é necessária a disciplina, porque estamos em guerra. E aqueles que não são disciplinados e não cumprem o seu dever são punidos.

Antes de um combate também explico o objectivo do combate que estamos a organizar. Um plano é preparado anteriormente, num «mee-

ting», e então os camaradas recebem a ordem de se preparar para partir. Caminhámos até um lugar pré-determinado e aí explico o plano. A cada um se diz pormenorizadamente o que tem que fazer e sublinho a importância de cada um cumprir a sua tarefa de acordo com o plano, de forma a assegurar o sucesso da operação.

Tento mobilizar o povo para trabalhar, porque se não trabalharmos não teremos que comer. E se não tivermos comida não poderemos continuar a lutar.

A maior dificuldade no meu trabalho é destruir a estupidez que a propaganda portuguesa incutiu em alguns dos nossos: tribalismo, racismo, etc. É difícil afastar essas coisas das cabeças dos camaradas, porque os portugueses martelaram essas coisas nas suas cabeças durante muito tempo. Tento explicar porque é mau o tribalismo, e entre outras razões porque os «tugas» tentam usá-lo para nos dividir e assim manter o seu poder. Se continuarmos a estar divididos não seremos nunca capazes de vencer esta guerra. Será muito mais fácil se nos mantivermos unidos. Quanto ao racismo, digo: «não é contra os brancos ou os mulatos que devemos lutar. Também há traidores entre os negros. E, não se deve julgar ninguém pela cor, mas pelas suas opiniões».

Na Angola do futuro quero o fim do sofrimento e uma vida melhor para o povo. Teremos então afastado todos os maus pensamentos — tribalismo e o racismo, por exemplo — que os «tugas» puseram na nossa cabeça. Se não tivermos suficiente comida e roupa, então foi porque não trabalhámos o suficiente. Vamos trabalhar com todas as nossas forças para o bem de todo o nosso povo.

A RESISTÊNCIA DO POVO ANGOLANO CRESCER SEM CESSAR

A CONTRA-GUERRILHA COLONIAL-IMPERIALISTA

«Por um lado usam a corrupção material e moral, por outro reprimem o povo com violência total. Em relação à repressão sobre o povo, há uma diferença nítida nas suas acções de agora, comparadas com as do princípio da guerra. No início da guerra, os portugueses usaram o massacre, destruindo tudo. Utilizavam indiscriminadamente a táctica da terra queimada. Hoje já não destroem imediatamente tudo, mas investigam primeiro o que lhes pode ser útil. Assim, se atacam uma aldeia, não a destroem imediatamente. Antes de mais prendem alguém e levam os restantes para zonas estratégicas; só então actuam, com grande violência, cometendo atrocidades, matando aqueles que se mostram firmes

patriotas, que não alinham nos seus métodos de corrupção. E os colonialistas mantêm sob o seu domínio e seu controlo a outra parte da população, de modo a poder usá-la contra as forças patrióticas. Algumas vezes, antigos guerrilheiros e membros do movimento, depois de passarem através deste processo de corrupção, traem a organização e informam não só da localização das bases, mas também da estrutura da organização. Isto não acontece muitas vezes, mas deve ser salientado que acontece algumas, assim uma constante consciência de conspiração deve ser mantida na nossa organização de modo a que não sejamos minados na nossa luta pelos elementos que são politicamente mais fracos, ou que têm espírito de traição.

(...) O uso dos herbicidas remonta tão longe como 1962. Não começaram precisamente agora a usar herbicidas na frente-Norte. Nos distritos de Cuanza-Norte e Luanda os herbicidas foram usados muitas vezes desde 1962, 63 e 64, em particular para destruir mandioca, privando as populações das áreas libertadas e assim forçá-las a voltar ao controlo português. Contudo, depois de 1970, essa acção foi intensificada — vastas áreas da região Leste também foram afectadas por herbicidas, ocasionando particular prejuízo, porque os herbicidas afectam a base da nossa alimentação, a mandioca — e ninguém pode plantar e colher a mandioca num curto espaço de tempo. Ao usar esta tática, penso que o Governo colonialista português acredita que criando mais dificuldades ao povo, este render-se-á. Por outro lado, os colonialistas portugueses também pensam que sem o povo os guerrilheiros não podem lutar. Esta é a principal razão pela qual o inimigo usa herbicidas. Não há dúvida que destruíram vastas áreas de terra, mas os cálculos deles não estavam correctos porque não consideraram outros factores. Primeiro de tudo, não tomavam em conta a determinação do povo em lutar até à independência, quaisquer que sejam as dificuldades. Não esperavam a nossa firme decisão de resistir, donde este uso dos herbicidas não lhes causaria demasiadas contrariedades, não prejudicaria a sua luta. Não consideravam as contra-medidas que tomámos para que não houvesse falta de comida. Não consideraram a solidariedade internacional que desempenhou um papel essencial, assegurando às populações das áreas afectadas o fornecimento de alimentos (...). Isto significa que Portugal sofreu novas derrotas quando usou esta arma, uma derrota que lhes foi infligida tanto pelo nosso Povo como por todos os povos do mundo (...). Esta resposta mundial ajudou-nos ainda mais a reiterar as nossas forças (...), o reconhecimento de uma personalidade política para as áreas libertadas das regiões que estão lutando pela sua independência».

APESAR DA CONTRA-GUERRILHA ... A LUTA EXPANDE-SE

Desde o início do ano de 1972 que os colonialistas portugueses sofrem insucessos consecutivos. Face à subida da luta de libertação nacional do povo angolano, o inimigo começa a perder a cabeça.

No mês de Janeiro de 1972, como já tínhamos informado, rebentou uma revolta das populações de Ovambo, no extremo sul de Angola. As populações estavam enquadradas pelas células clandestinas do M.P.L.A.

Entretanto as forças de guerrilha do M.P.L.A. viram o seu potencial de fogo aumentar a Este, consolidando a sua implantação no centro do país no distrito do Bié e intensificando as suas operações na região de Cabinda. Ao norte do país, numa vasta região cercada durante anos pelas tropas colonialistas, as populações e os guerrilheiros do M.P.L.A. continuaram a sua luta em condições extremamente difíceis, devido sobretudo à carência de alimentos. Esta região, que é a 1.ª região Político-Militar do M.P.L.A., engloba a capital Luanda onde a actividade das células clandestinas do M.P.L.A. progride continuamente.

A fim de cortar as ligações entre a guerrilha do M. P. L. A. e as células clandestinas da capital, as forças militares e para-militares portuguesas têm desencadeado desde Março várias ofensivas a norte do país por meio de bombardeamentos, rusgas e operações de helicópteros massivas.

Em Abril as forças portuguesas capturaram alguns elementos de guerrilha do M.P.L.A., dentre os quais um responsável político, Benigno Lopes. Estes elementos foram submetidos às habituais torturas, a interrogatórios com a ajuda de pentethal e de outros métodos bárbaros interditos pelas convenções internacionais.

Nos meses de Maio e Junho, a polícia política D. G. S. prendeu em Luanda numerosos angolanos, dentre os quais agentes das funções públicas, jovens estudantes e operários. Face à intensificação da actividade clandestina nas cidades, as autoridades coloniais portuguesas realizaram exercícios de prevenção contra-guerrilha em várias cidades, das quais Luanda, Lobito e Benguela, durante os meses de Julho e Agosto. A Polícia e a Armada participaram nestes exercícios, que foram organizados e dirigidos pela O. P. U. D. C. A. (Corpos da Defesa Civil), ou melhor, as milícias de colonos. A repressão cresce continuamente em Luanda onde os colonos inscritos na O.P.U.D.C.A. participam activamente nas patrulhas dos bairros africanos.

Graves incidentes tiveram lugar no mês de Setembro em vários encontros entre as milícias de colonos e os africanos; mas, a mais grave, foi na noite de 16 de Setembro (sábado) num bairro da capital chamado

CAZENGA, onde estas milícias de colonos assassinaram numerosos africanos e incendiaram as suas casas. O número de mortos é superior a uma dezena e o número de feridos cerca de uma centena, dos quais algumas dezenas em estado grave.

O toque de recolher foi imposto no dia seguinte no bairro CAZENGA e nos bairros africanos vizinhos, mas na noite de 18 os colonos atiraram sobre os africanos assassinando dois deles: um operário serralheiro, João Gourgel, e um tipógrafo, Domingos Pinto, no bairro africano MARÇAL. A tensão era bastante viva em toda a capital.

Segunda-feira, 19, depois do meio-dia, os colonos atiraram sobre as crianças no bairro MARÇAL. Dentre os mortos um pequeno de 8 anos, Miguel Silvestre. No momento em que se pretende introduzir a discussão na O.N.U. sobre o terrorismo, bem se vê quem são os terroristas em África: os exércitos colonialistas portugueses e seus associados, os racistas da África do Sul e da Rodésia. A demagogia política da «multirraciedade» dos colonialistas portugueses foi então cruelmente desmascarada em Angola. As autoridades portuguesas vêem o terreno fugir debaixo dos seus pés e intensificam então a sua guerra psicológica, a sua propaganda «psico-social».

«Carta-Circular — Brazzaville 25-IX-72»

GREVE EM LUANDA

um grande passo em frente

OS TRABALHADORES ANGOLANOS ALARGARAM A FRENTE DE COMBATE CONTRA A PRESENÇA COLONIALISTA

Um facto de extraordinária importância na nossa luta de libertação desenrolou-se no mês de Setembro último.

Pela primeira vez, depois do início da luta armada, as massas trabalhadoras de Luanda participaram em importantes movimentos de greve e marchas de protesto, enfrentando a Polícia e outras forças repressivas. Este facto só por si demonstra o alto grau de consciência revolucionária das massas trabalhadoras. Face ao poderoso movimento das massas, as autoridades colonialistas foram obrigadas a conceder aumentos salariais.

Este movimento de massas realizado pelos trabalhadores de Luanda representa um grande passo em frente na luta de libertação nacional, um verdadeiro salto qualitativo.

Com efeito, aquilo que atemorizava os colonialistas portugueses, aconteceu: as massas trabalhadoras das cidades lançaram-se abertamente na luta. Esta vitória do nosso povo é o resultado do trabalho paciente, tenaz e heróico das organizações clandestinas do M. P. L. A.

Ninguém ignora que nas principais cidades angolanas, milhares de panfletos são distribuídos regularmente, que várias acções de sabotagem são realizadas, e que as nossas células clandestinas mobilizam para a luta vastos sectores da população. Este trabalho arriscado, meticuloso e heróico dos grupos clandestinos do M. P. L. A. está a produzir os seus frutos.

E, o mais belo exemplo é, sem dúvida nenhuma, o das recentes manifestações dos trabalhadores de Luanda.

Em pleno coração da administração colonial, em pleno centro da repressão colonialista, os trabalhadores da capital ousaram afrontar nas ruas as forças repressivas, impor as suas reivindicações e obrigar o inimigo a recuar. Que magnífica vitória!!!

A nossa luta de libertação espalha-se por todo o território, desenvolve-se no campo de batalha através da guerrilha e nas cidades através das acções clandestinas, e das lutas de massas. A acção nas cidades desenvolve-se em pleno ventre do aparelho colonial.

As greves e marchas dos trabalhadores de Luanda, acabam de demonstrar aos colonialistas portugueses, aos imperialistas e seus lacaios angolanos que nenhuma manobra pode iludir o Povo Angolano. O nosso Povo não quer as autonomias fantoches nem as independências de fachada.

Milhares de angolanos desejam o fim da exploração colonialista e imperialista, aspirando por uma Angola próspera e sem exploração do homem pelo homem.

O nosso Povo quer a independência completa. Trabalhadores angolanos, em frente para novas vitórias!!!

DECLARAÇÃO DO M. P. L. A. A PROPÓSITO DA GREVE EM LUANDA

«A luta heróica de libertação nacional do povo angolano se estende continuamente e se intensifica sobre todos os aspectos. O nosso Povo prepara-se então para liquidar todas as manobras colonialistas, imperialistas e neo-colonialistas preparadas pelo inimigo.

A luta clandestina intensifica-se nas cidades e a luta de massas faz a sua erupção espectacular. As massas trabalhadoras puseram-se audaciosamente em marcha contra o aparelho de exploração colonial imperialista, graças ao trabalho árduo, tenaz e heróico das células clandestinas do M. P. L. A. nas cidades.

É assim que apesar da intimidação constante do enorme aparelho policial e militar em Luanda, apesar da repressão brutal que se abate

todos os dias sobre os patriotas angolanos — apesar de todos estes factores —, os trabalhadores e empregados da cidade de Luanda desencadearam toda uma série de greves no fim de Agosto e durante a primeira quinzena do mês de Setembro.

Os trabalhadores reivindicaram aumentos salariais, melhores condições de trabalho, o fim da discriminação do nível de salários e de promoção profissional.

As autoridades colonialistas foram alarmadas com as greves desencadeadas simultaneamente em várias empresas e não estavam prevenidas para quebrar o movimento de greve, apesar das prisões efectuadas. O movimento estendeu-se mesmo ao sector público, nomeadamente aos estivadores do porto e aos varredores municipais.

Os trabalhadores de Luanda conseguiram organizar marchas de protesto, dispersadas pelas forças repressivas.

EXTRACTOS DA DECLARAÇÃO DO COMITÉ DIRECTOR DO M. P. L. A. SOBRE A CONSPIRAÇÃO CONTRA-REVOLUCIONÁRIA DESCOBERTA NO INTERIOR DO M. P. L. A.

A estratégia colonialista em Angola é agora clara para todos, tanto no interior como no exterior do nosso país (...)

(...) Agora, os colonialistas portugueses, «queimam os últimos cartuchos»: a infiltração de agentes entre os nossos militantes e entre o Povo, para semear a discórdia e a confusão, para desacreditar o nosso Movimento. Eles organizam também os traidores para conspirarem contra os nossos dirigentes e contra a nossa luta.

Recordámo-nos da trágica perda de dois grandes combatentes: **AMILCAR CABRAL** e **EDUARDO MONDLANE**.

A estratégia colonialista faz parte do plano imperialista de jogo-duplo: «garantir» a independência política de Angola, aumentando a sua dependência económica em relação aos monopólios internacionais.

Contudo, o plano imperial-colonialista está seguramente votado ao fracasso!

Os Povos e as forças revolucionárias africanas do Congo, da Tanzânia, do Zaire e da Zâmbia saberão garantir o seu apoio moral e material à nossa justa luta: luta contra a conspiração recentemente organizada pelo contra-revolucionário Daniel Chipenda, com a ajuda dos agentes colonialistas e em conluio com a U. N. I. T. A. Eles serão seguramente esmagados pela determinação dos nossos militantes e do nosso Povo.

A U. N. I. T. A. colabora hoje abertamente com o exército colonia-

lista, contra o M. P. L. A. As declarações do prisioneiro de guerra português Joaquim Carlos trouxeram provas evidentes acerca disso. Com efeito, esse prisioneiro confessou que os agressores portugueses tinham enviado cinquenta membros das «milícias» (colonialistas) com ordem de se reunirem às forças da U. N. I. T. A. a fim de combaterem o M. P. L. A.; por outro lado, possuímos agora provas demonstrando que, durante o período em que Daniel Chipenda era o responsável da logística do M. P. L. A., a U. N. I. T. A. recebeu armas que nos pertenciam, por intermédio duma rede subversiva de carácter tribal, organizada pelo próprio Daniel Chipenda.

Movido por ambições pessoais excessivas, corrompido e dum comportamento moral deplorável, Chipenda era capaz de utilizar todos os meios ao seu alcance para atingir os seus fins pessoais, mesmo se tais meios devessem conduzir a uma divisão tribal, à sabotagem das nossas instituições legais, ao assassinato e à extinção da nossa luta patriótica.

Na base de argumentos demagógicos e de ordem puramente tribal, fazendo-se passar pelo «defensor do povo do Sul e do Leste» de Angola, Chipenda levou alguns a crer que a unidade entre o M. P. L. A. e a F. N. L. A. não era senão uma aliança do Povo do «Norte» contra o Povo do «Sul».

Esses argumentos demagógicos e destrutivos não tiveram o eco esperado, já que a unidade com a F. N. L. A. é um passo muito importante para o sucesso da nossa luta, porque ela poderia permitir às nossas forças de guerrilha atingir regiões de uma importância vital, no nosso país, a partir da República do Zaire.

Existiram duas importantes tentativas de assassinato contra o nosso presidente, contra alguns dos nossos principais dirigentes e contra um certo número de quadros, organizados pelo grupo subversivo dirigido por Chipenda.

Depois do malogro dessas tentativas e convencidos de que a vigilância dos nossos militantes, de nível elevado e constante, não lhes permitiram levar a cabo as suas intenções, Chipenda e o seu grupo tentam agora criar dificuldades às boas relações existentes entre o M. P. L. A. e o povo irmão e o Governo da Zâmbia.

A Zâmbia é o país africano que mais sofreu com o nosso esforço de libertação. Estamos confiantes que no futuro, como no passado, o apoio moral e material da Zâmbia à nossa luta se desenvolverá ainda mais, até ao dia da nossa vitória sobre a exploração e opressão colonialistas em Angola.

**O POVO ANGOLANO ESTA SEGURO DA SUA VITÓRIA !!!
A VITÓRIA É CERTA !!!**

O Comité Director do M. P. L. A.

(Setembro de 1973)

A VIDA REVOLUCIONÁRIA DO COMBATENTE HOJI YA HENDA

A vida do camarada, comandante Hoji Ya Henda, caído heroicamente a 14 de Abril, durante o assalto aos quartéis de Karipande, está estreitamente ligada ao desenvolvimento da luta armada em Angola.

Com efeito, o camarada Hoji começou a militar na organização clandestina do M. P. L. A. em Luanda, com a idade de 17 anos. Nessa altura difícilíssima, onde era necessário usar de todas as forças físicas e anímicas para convencer as massas a pegar em armas contra o ocupante estrangeiro, Hoji Ya Henda revelou-se um agitador político brilhante e muito activo.

Procurado pela PIDE/DGS, refugiou-se no Congo-Kinshasa, actual Zaire. Entretanto em Angola a luta ultrapassa a fase política para se situar na militar.

Em 1964, o M. P. L. A. inicia a luta armada em Cabinda. O camarada Hoji Ya Henda, nomeado comandante, contribuirá de uma forma inestimável para o desenvolvimento das actividades militares nesta região.

Tem 21 anos. Está em toda a parte, e dirige pessoalmente todas as acções militares. Algum tempo depois o M. P. L. A. incumbiu-o de uma missão muito importante na Rodésia do Norte, ainda sob a dominação britânica.

Durante a sua permanência neste país, foi descoberto pelas autoridades britânicas, que o prendem e condenam a trabalhos forçados.

A Rodésia do Norte alcança entretanto a independência com a denominação de Zâmbia, e o comandante Hoji Ya Henda foi libertado, retomando as actividades revolucionárias.

Em 1966, com 24 anos, foi promovido a Coordenador da Comissão Político-Militar do M. P. L. A., tornando-se assim altamente responsável pela organização militar de todo o território nacional.

Em 1967, em resposta à palavra de ordem do camarada presidente Agostinho Neto, «generalização da luta armada a todo o território nacional», o camarada comandante Hoji Ya Henda fica responsável pela 3.ª Região com a pesada responsabilidade de pôr em prática essa palavra de ordem.

A 14 de Abril de 1968, o camarada Hoji Ya Henda cai heroicamente no assalto à caserna de Karipande.

Em Agosto do mesmo ano, a Assembleia regional, reunida em território libertado da frente de Leste, reconhecendo as suas qualidades

excepcionais, concedeu-lhe a título póstumo o título de «Filho bem amado do povo Angolano e Heróico Combatente do M. P. L. A.».

A juventude angolana saberá inspirar-se na vida exemplar do comandante Hoji Ya Henda.

Pela causa justa, batem-se homens honestos. Moralizados por esta certeza e apoiados na força, sabemos que a luta invencível do povo armado sob a bandeira do M. P. L. A. é justa. Sabemos que a luta poderá ser longa, mas também, que A VITÓRIA É CERTA.

Dr., Agostinho Neto

Presidente do M. P. L. A.

DEOLINDA RODRIGUES

Fundadora da O. M. A.

A MULHER ANGOLANA NA LUTA PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL

Sendo objectivo da nossa revolução, conduzida pela Vanguarda do Povo Angolano, o glorioso M. P. L. A., acabar com toda a forma de exploração do homem pelo homem, o nosso Movimento adoptou uma estratégia de combate a seguir, para restituir à mulher o lugar que de direito lhe cabe na nova sociedade que revolucionariamente está construindo.

É assim que em 1962, Deolinda Rodrigues, um ano após o início da luta armada de libertação nacional, funda a O. M. A. (Organização da Mulher Angolana), com o duplo objectivo de participar directamente na luta contra o colonialismo e de combater por todos os meios, simultaneamente, a discriminação violenta de que a mulher tem sido alvo na sociedade angolana colonizada.

A camarada Deolinda nunca se poupou a esforços, dando-nos sempre um exemplo extraordinário de dedicação à luta e às tarefas de reconstrução nacional.

Em Fevereiro de 1967, ela fazia parte, juntamente com mais quatro camaradas, da coluna que atravessando clandestinamente o Zaire, procurava reforçar em quadros a 1.ª Região Político-Militar do M. P. L. A. Perseguida pelas autoridades locais, a coluna dispersa-se e as cinco são apanhadas em 2 de Março e entregues aos contra-revolucionários da F. N. L. A., que às assassinaram barbaramente. Segundo testemunhas, a camarada Deolinda foi espartilhada viva.

O Comité Director do M. P. L. A., proclamou o dia 2 de Março — o Dia da Mulher Angolana —, em memória das camaradas DEOLINDA, IRENE, ENGRACIA, TERESA e LUCRECIA.

A elas, que jamais verão as crianças brincando numa Angola livre, o Povo Angolano jura vingança e afirma que vingará o seu sangue.

«Não choremos os mortos, mas faremos do seu sangue um bálsamo que nos dará mais energia, mais iniciativa e maior responsabilidade no cumprimento do DEVER».

HONRA E GLORIA AOS HEROIS ANGOLANOS, QUE DERRAMARAM O SEU SANGUE PARA QUE ANGOLA POSSA SER LIVRE, E COMPLETAMENTE INDEPENDENTE !

**VIVA O M. P. L. A.
A VITORIA É CERTA !**

Impressão do EDITORIAL GLOBO - Lamego



ANGOLA/MPLA

Edição do Departamento de Informação e Propaganda — DIP

Editorial Globo

2735^R